

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA

Solange Maria Colares Garcia UFC¹
Alcides Fernando Gussi UFC²

Resumo

O objetivo deste trabalho é o de avaliar a implementação do Programa Mais Educação (PME) em uma Escola Municipal de Fortaleza por meio das concepções de educação integral, das ações do Programa e dos resultados entendidos pelos atores sociais envolvidos no Programa, da Secretaria Municipal de Educação (SME). Realizamos uma discussão sobre avaliação em profundidade, na qual buscamos aportes teóricos em Rodrigues e em Silva que discutem avaliação de resultados de programas sociais. Para tanto foi realizado um estudo de caso em que utilizamos uma pluralidade de técnicas e instrumentos, como observação participante, entrevistas e o grupo focal. Na coleta dos dados, confrontamos as concepções de educação integral e acerca do PME. A conclusão a que chegamos é a existência de várias formas de pensar educação integral e o PME, e que isso circunscreve o resultado do programa, ainda que todos defendam a importância do PME na escola como instrumento que propicia acesso aos bens culturais e oferece oportunidades os quais, caso contrário, a comunidade escolar não a teria.

Palavras-chave: Concepções de educação integral. Avaliação de políticas públicas. Programa Mais Educação – Fortaleza.

¹ - Pedagoga, especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC, é professora da escola pública município de Fortaleza e da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: colaresolange@gmail.com

² - Historiador, mestre em antropologia e doutor em educação pela UNICAMP, é professor do Departamento de Economia Doméstica e Coordenador do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. E-mail: agussi.uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é avaliar o Programa Mais Educação (PME), como política pública de educação integral, implementado pelo Ministério da Educação em 2008. Para tanto, tem como objetivo geral avaliar as ações e os resultados causados pela implementação do Programa Mais Educação no Sistema Público de Ensino de Fortaleza a partir de 2009.

Especificamente, tomaremos como estudo de caso a Escola Municipal de Fortaleza, localizada, na Lagoa Redonda sob a jurisdição da Secretaria Executiva Regional (SER-VI), em que pretendemos confrontar as concepções de educação integral dos atores envolvidos no processo tanto na escola como na SME e na SER.

A questão deste trabalho avaliativo sobre o PME em Fortaleza é a de investigar em que medida o PME vem promovendo resultados no tocante às mudanças no âmbito deste programa.

Partindo dessa questão, uma das motivações para realizar este trabalho, como profissional de educação e pesquisadora, foi avaliar o PME na perspectiva da educação integral. Para tanto, foram investigadas como dimensões avaliativas: a implementação, as ações e os resultados do PME.

O PME surgiu como uma ação da política pública de educação integral, no segundo mandato do governo Lula, como resultado de um relatório da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2006, o qual trazia dados nada animadores, apesar da política de universalização do Ensino Fundamental no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O país contemplava altas taxas de repetência, evasão escolar e, conseqüentemente, analfabetismo, além de altas taxas de desemprego e salários baixos aos que se encontravam empregados. (LEHER, 2003).

O governo Lula tomou medidas para minimizar o problema e uma das metas do governo foi à redução das desigualdades sociais, medida contraditória, pois o Brasil, como toda a América Latina, estavam e estão sob a égide da política neoliberal. No entanto, o mercado produtivo precisava de mão de obra com o mínimo de qualificação para garantir as metas do crescimento econômico. (LEHER, 2003).

Como meios para implantação do PME, o FNDE cria como medidas a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para gerar parâmetros para a adesão do PME pelos municípios, e o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Profissional do Magistério (FUNDEB), como instrumento para financiar a educação básica, em cujo bojo estabelece aportes financeiros para financiar a expansão da jornada integral na perspectiva do PME. (MEC, 2009).

Em Fortaleza, o município aderiu ao PME, pois respondia aos critérios estabelecidos. O IDEB de muitas de suas escolas encontrava-se abaixo de 2,9. Portanto, o PME foi implementado a partir de outubro de 2008 em 182 escolas e, em 2012, 221 escolas contavam com o programa, contemplando 26060 alunos, além de 221 coordenadores e monitores, com um investimento de R\$ 6.347.177,32. (SME).

Para a realização da pesquisa, apresentamos três pressupostos teóricos, norteadores deste trabalho, os quais nos levaram a fazer uma reflexão sobre as várias concepções de educação integral na caminhada da nossa pesquisa.

O primeiro pressuposto apresenta educação integral a partir de Guará (2009), que discute educação integral e sua interface com a inclusão social e entende como direito de cidadania o qual supõe uma oferta de oportunidades educativas, na escola e além dela, e que promova condições para o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades da criança e do jovem.

O segundo pressuposto discute educação integral a partir de Paro (2008), que nos apresenta educação integral como oportunidade em que a escola tem como espaço, dentro ou fora dela, para construir algo com a participação do estudante, além de gerar nele um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de competência.

Por último, apresentamos o terceiro pressuposto a partir de Meszáros, que discute educação integral na perspectiva da construção da autonomia e da emancipação, confrontando a lógica do capital, que é a política neoliberal. (MESZÁROS, 2005). Discutir educação integral na abordagem neoliberal é tratar educação como instrumento do mercado na perspectiva da qualidade total no mundo da produção.

Para tanto, realizamos a pesquisa, verificando as diversas concepções de educação integral, a que o PME propõe e as que encontramos na escola pesquisada em Fortaleza, a partir de uma investigação centrada em diversos atores: gestores, coordenador do PME na escola, coordenadores pedagógicos, professores, monitores, estudantes, seus pais e ainda o coordenador do PME na SME e na SER. Para esta

pesquisa avaliativa, foi estratégico o enfrentamento das concepções de educação integral do que está posto pelo Programa e o entendimento dos envolvidos no PME.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA AVALIATIVA

O presente trabalho tem como escopo avaliar o PME em Fortaleza. Entende-se que a definição da avaliação, que se pretende discutir, é condição essencial para orientar o trabalho e, a partir dela, definir o desenho metodológico da pesquisa avaliativa. Porém, antes de discutirmos avaliação, precisamos entender seus conceitos, suas características e seus efeitos. Lembremos o que diz Silva a respeito dos aspectos metodológicos.

A questão metodológica para produção do conhecimento social e, especificamente, para avaliação de políticas e programas sociais, coloca, inicialmente, questões conceituais relevantes.

Trata-se da concepção de metodologia, não entendida como um conjunto de procedimentos e técnicas, mas constituindo um corpo teórico de explicação da própria avaliação e de seu objeto. (SILVA, 2001, p. 64).

Faremos uma discussão conceitual e metodológica de avaliação, apresentando os enfoques da avaliação em profundidade com Rodrigues e Silva na avaliação de impacto e resultados que se complementam e apontam várias dimensões da avaliação. Rodrigues nos apresenta aspectos relevantes e nos leva a fazer reflexões sobre avaliação de políticas públicas e nos norteia com várias dimensões, das quais uma delas é a avaliação política da política. Já Silva discute as questões conceituais e metodológicas da avaliação de resultados.

Partindo dessa discussão, o fato de nos apropriarmos da discussão de Rodrigues nos capacita a um percurso mais seguro, não pronto e acabado, no entanto, não menos difícil; assim, a autora aponta esta caminhada como densa, extensa, ampla e multidimensional; enfatiza e aponta uma trajetória que nos leva à efetivação de uma proposta de avaliação em profundidade de políticas públicas de caráter social, sendo imprescindível para o trabalho de uma equipe multidisciplinar de pesquisa. (RODRIGUES, 2008).

Nesta perspectiva, vale ressaltar Gussi (2008), quando trata da discussão trajetória institucional. Desta forma, por exemplo, a avaliação de um programa gestado na esfera federal necessita da reconstituição de sua trajetória, na qual o pesquisador perceba as mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e à sua dinâmica, conforme

adentra espaços institucionais diferenciados e desce nas hierarquias até chegar à base, momento que corresponde ao contato direto entre agente institucional e sujeito receptor da política. (GUSSI; GONÇALVES; RODRIGUES, 2006 *apud* GUSSI, 2008, p. 35).

Rodrigues (2008) discrimina sua proposta metodológica em quatro pontos norteadores para avaliar uma política pública (no caso, o programa em discussão será o PME).

No primeiro aspecto, ela o divide em três pontos que dizem respeito à análise do material institucional sob forma de lei, portarias, documentos, dados estatísticos, entre outros. No trabalho, esses aspectos são contemplados quando fazemos todo um levantamento dos documentos oficiais, desde a discussão, criação do PME por meio de Portarias Ministeriais, criação dos aportes financeiros por meio da criação do FUNDEB, que financia a educação básica. O escopo do fundo é destinar recursos para a ampliação da jornada escolar que é o fim do PME. A implantação e a implementação do PME nas três esferas de governo até chegar à escola onde será realmente efetivado.

No segundo aspecto, a autora trata da análise de contexto da formulação da política. Nesse aspecto, trabalhamos a trajetória política da política da educação integral no Brasil, momento no qual fazemos um resgate do contexto histórico, político e econômico da história da educação no Brasil, trazendo uma discussão no aspecto filosófico da educação brasileira, abordando os teóricos que deram significados ao tema e apontaram a questão econômica a que o país estava inserido e comprometido com os enfoques da política neoliberal, não só no Brasil, mas na América Latina a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Apontamos questões como a negação do bem-estar social, com a não efetivação dos direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, lazer, moradia e outros.

Finalmente, no último aspecto da avaliação em profundidade, trabalhamos o espectro temporal e territorial. Estivemos na comunidade ao entorno, ouvindo a história da escola, dos sujeitos envolvidos na sua construção e ao longo de sua trajetória. Estivemos nos equipamentos sociais da comunidade ao entorno da escola, um exemplo é o posto de saúde, onde conversamos com os responsáveis pelas ações educativas e de saúde, bem como os indagamos como era feita a intersetorialidade de outros programas com o PME, já que essa é uma proposta oficial do PME. Outro exemplo foi a visita à associação comunitária, onde fomos com finalidade de entender como funcionava a instituição e saber onde o PME e os alunos se enquadravam na associação comunitária, já que os seus pais também participam desse equipamento.

O ESTUDO DE CASO

A escola onde foi realizada a pesquisa é a Escola Municipal de Fortaleza lócus da pesquisa, tem um total de 1230 estudantes matriculados e atende da pré-escola ao 9º ano e também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno. O Programa Mais Educação contempla 300 estudantes, distribuídos em grupos de 150 por turno (manhã e tarde). A escola aderiu ao PME em setembro de 2009 e possui, em seu quadro: a coordenadora do PME com formação em Pedagogia; monitores com formação acadêmica, graduandos do curso de Letras e Pedagogia; um monitor graduado em Música e outros dois com nível médio. Destes, quatro moram na comunidade e dois, em comunidade vizinha.

Esta escola está localizada no bairro Lagoa Redonda, sendo que a escola tem um perfil diferente em relação à faixa etária de outras escolas da rede de Fortaleza, as quais, na sua maioria, estão dentro dos critérios estabelecidos pelas diretrizes educacionais, não ocorrendo discrepância na relação série/idade o que facilita a organização das turmas e o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O nível econômico é diferenciado, pois a maior parte dos estudantes da escola contribui economicamente com a família, pois, como o comércio de verduras é muito forte, a localidade possui muitas hortas e os alunos trabalham com a família, o que se configura como agricultura familiar.

Portanto, entendemos que o estudo de caso³ responde às necessidades desta pesquisa avaliativa, já que desejamos avaliar as ações e os resultados causados pela implementação do Programa Mais Educação na Escola Municipal de Fortaleza sob a jurisdição da Secretaria Executiva Regional VI (SER-VI).

O primeiro momento de execução do desenho metodológico se deu com a observação participante, quando chegamos à escola, assumindo o papel de observador (pesquisador) para vivenciar todas as experiências, ações do PME, observando as falas e as ações dos estudantes, da gestão na escola, da coordenação do PME na escola, da

³ Com essa abordagem quantitativa e qualitativa, realizamos um estudo de caso. Segundo Yin (2005), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2005, p. 32).

coordenação pedagógica, do professor da sala de aula regular, dos monitores, dos alunos, além de interagir aos pais dos alunos envolvidos no PME.

A observação participante se apresenta a nós como um momento único, pois é impossível ficar indiferente a toda a dinâmica do processo. Ele ocorre realmente como

Na observação participante, tive a oportunidade de acompanhar toda a rotina da escola e o funcionamento do PME com as atividades realizadas pelos alunos e monitores, tais como: a conversa informal na chegada à escola; a participação nas atividades da horta, desde a explicação do monitor com o cuidado com a terra até a colheita das ervas medicinais e a explicação sobre a finalidade de cada uma; momento do ensaio da banda de fanfarra; ensaios do teatro; o momento com a rádio escolar; observação nas salas de aulas do letramento e da matemática; e o momento de conversas entre os professores com a coordenadora do PME, com as coordenadoras pedagógicas, com o pessoal de apoio da escola e conversas informais com alguns pais que visitavam a escola.

Em outro momento da observação participante, com o objetivo de compreender como a escola é percebida pela comunidade ao entorno da escola, onde visitei o posto de saúde do bairro, a Associação Comunitária dos Moradores da Lagoa Redonda e conheci o Projeto Raízes da Cidadania e pude conhecer antigos moradores da comunidade da vizinhança da escola.

O segundo passo da nossa pesquisa foi entrevistar os sujeitos envolvidos no desenvolvimento de toda a dinâmica e de todas as ações do PME. As entrevistas foram elaboradas e aplicadas em dois blocos: no primeiro momento, no âmbito da SME e SER-VI, com a coordenadora do PME na SME e com a técnica da SER-VI responsável pelo acompanhamento do PME nas escolas. No segundo bloco, entrevistamos os atores envolvidos com o PME na escola: a gestora, a coordenadora do PME, as coordenadoras pedagógicas, a professora da sala de aula, os monitores, os pais e, por último, os alunos.

Na entrevista, é momento que precisamos ter sensibilidade, cuidado para não exercer uma relação de poder como ressalta Caldeira (1980). Quando usamos a expressão dialógica, lembramos o que afirma Caldeira que a relação entre pesquisador e entrevistado é uma relação de poder-saber, e essa relação não é neutra (CALDEIRA, 1980). Faremos uma discussão conceitual da entrevista como técnica da pesquisa avaliativa e trataremos dos tipos de entrevistas, além das suas vantagens e desvantagens.

A última etapa do desenho metodológico na escola foi a apropriação do grupo focal, a entrevista em grupo com alguns estudantes. A opção por essa técnica se deu por

conta da faixa etária, pois percebi que, quando estávamos conversando em grupo, a conversa era mais leve; além disso, quando mencionava a possibilidade de uma entrevista, percebi que o grupo ficava tímido. Esse grupo foi selecionado porque estava sendo acompanhando desde o início da observação participante.

A motivação para trabalhar com o grupo focal, além da faixa etária dos estudantes, era o desejo de buscar, nas atividades realizadas com eles, elementos significativos que pudessem ser observados, captados de uma forma mais qualitativa e nos quais pudesse ocorrer uma interação, uma reciprocidade com todos envolvidos: pesquisador e estudantes.

RESULTADOS

Os resultados são percebidos quando conversamos com os alunos, quando eles expressam o sentimento de pertencimento ao espaço da escola, pelo fato de passarem mais tempo, de poderem participar de muitas atividades, como o teatro, a banda, a música e “até mesmo melhorar nos conteúdos da Matemática e da Língua Portuguesa” (fala de um aluno). Os passeios aos museus e irem ao cinema, oportunidades de expressarem suas opiniões, elaborarem programas com assuntos de seus interesses, da comunidade escolar e de seu entorno por meio da Rádio Escola.

Percebemos que estes resultados são significativos tanto para os alunos como para seus pais. Professores também afirmam mudanças em seus comportamentos, “hoje eles estão mais envolvidos com a dinâmica da escola, cumprem suas tarefas, são mais responsáveis” (fala de uma professora).

Os resultados são analisados por todos os atores sociais envolvidos nas mais diferentes instâncias como a SME, a SER- VI e a escola. Analisam as ações como desafiadoras e viabilizam a ruptura da cultura conteudista dentro das escolas.

Segundo a avaliação dos alunos e dos pais O PME oferece a aquisição de outros conhecimentos extraescolares, a ampliação de novos horizontes e as oportunidades de experimentar diferentes saberes e como resultado eles esperam que o PME na perspectiva da educação integral possa formar o homem na sua inteireza e na sua integralidade.

3. CONCLUSÃO

Nossa análise em relação aos resultados do PME, no nosso entendimento são mínimos, pois entendemos que a proposta desenhada como ação de uma política pública é boa, mas a forma que propõe a sua execução no núcleo da educação que é a escola fica a desejar. Os resultados poderiam ser mais efetivos, pois a infraestrutura nem sempre é adequada para acolher os alunos, a autonomia da escola é restrita no que diz respeito à aquisição dos equipamentos, a rotatividade dos monitores prejudica os resultados, pois a escola tem dificuldades de contratá-los por conta da baixa remuneração isto compromete o andamento das atividades, conseqüentemente, os resultados.

Diante desta discussão, no decorrer da elaboração do trabalho, detectamos várias concepções de educação integral, de escola de tempo integral e qual a avaliação disso? Que conclusões retiro dessa caminhada? Chego à conclusão de que o PME e, de forma geral, a política de educação integral dependem das concepções que nós, atores envolvidos nessa política, temos de homem, de sociedade e de mundo.

As concepções de educação integral que encontramos no percurso do trabalho são oriundas dos mais diversos olhares e desvinculadas dos níveis hierárquicos que os sujeitos se colocam na discussão. Portanto, deparamo-nos com atores sociais que defendem educação integral como um direito e que deve ser trabalhada de forma que desenvolva todas as potencialidades do estudante.

Em outro momento atores que abordam educação integral na perspectiva conteudista, com a extensão diária da escolaridade na qual o aluno deverá ter um espaço, no caso, a escola, como o lugar onde deverá ser ensinados mais conteúdos e deverão aprender mais.

E por último a concepção de educação integral, que considera a escola como um espaço de guarda e proteção da criança e do adolescente contra os males sociais externos à escola, como a violência, o alto índice de envolvimento de crianças e adolescentes com drogas, o que, por sua vez, eleva o índice de vulnerabilidade social.

E diante dessa discussão precisamos ir mais além, e refletir que tipo de homem queremos formar com a escola pública que temos? Um homem livre e emancipado capaz de decidir sua própria história, ou um homem capaz de responder apenas as necessidades do mundo produtivo e ainda se sentir “feliz” porque encontrou um lugar no mundo do descartável?

Uma sociedade mais justa, mais igual ou a sociedade do consumo, das desigualdades sociais? As respostas deverão surgir quando compreendemos que, por trás de todas estas questões, tem um Estado que sempre negou e nega a cidadania, direitos fundamentais elencados no art. 5º da Constituição Federal do país, inerentes ao homem como a educação, saúde, moradia digna, trabalho, lazer e que vem se empenhando eficientemente em responder às exigências da classe hegemônica.

Esse mesmo Estado que nega, se apropria de um discurso da participação e da cooperação, transferindo para a sociedade suas obrigações o que denominamos do distanciamento do Estado e a presença da política neoliberal apresentando suas regras em todo contexto social e institucional, inclusive a escola, mediando às políticas públicas. Sobre isso Meszáros explica:

Educar não é a mera transferência de conhecimento, mas sim a conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades. Esse é o sentido de se falar de uma educação para além do capital: educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital. (MESZÁROS, 2008, p. 13).

Diante dessa conclusão precisamos fazer uma educação integral na perspectiva da autonomia e da emancipação dos alunos, ir mais longe e sonhar com uma educação que liberta que nos transforma assim como sonhou um dia Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério de Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2007a. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Ministério de Educação/SECAD. **Educação Integral – Série Mais Educação**. 2009. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) – Lei 11.494 de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL, Senado Federal. **Plano Nacional de Educação (PNE) Decênio 2011-2020 – Projeto de Lei nº 8.035/2010**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL. **Plano de Metas Compromisso todos pela Educação – Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Uma incursão pelo “Não respeitável” da pesquisa de campo**. Ciências Sociais hoje, vol. 1 CNPQ/ANPOCS: Brasília/Recife – 1980.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e Desenvolvimento Integral: Articulando Saberes na e Além da Escola**. Em Aberto. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Anísio Teixeira, Brasília, v. 22, nº 80, p. 65-81, abr. 2009.

GUSSI, Alcides Fernando. **Apontamentos Teóricos metodológicos para avaliação de programas de microcrédito**. AVAL – Revista Avaliação de Políticas públicas – v. 1 n. 1 jan/jun. (2008). – Editora Arte Escrita/MAPP/UFC. Fortaleza, CE.

LEHER, Roberto. Educação no Governo de Lula da Silva: a Ruptura que não Aconteceu. In: **Os Anos Lula Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MESZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARO, Vitor. **Educação Integral em Tempo Integral: uma Concepção de Educação para a Modernidade**. Seminário Nacional Educação em Tempo Integral (Neephi), I. Anais. Rio de Janeiro: Unirio, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas – v. 1 n. 1 jan/jun. (2008). – Editora Arte Escrita/MAPP/UFC. Fortaleza, CE.

SCHRAMM, W. 1971. **Notes on case studies for instructional media projects**. Working paper for Academy of Educational Development, Washington DC.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Aspectos Conceituais e Metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookmam, 2005.